

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Morus Educacional Participações S.A. (“Companhia” e/ou “Morus”) é uma “ *Holding* ”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 31 de julho de 2007. Sua sede está localizada na Avenida Trinta e Um de Março, 61 – 1º andar sala 12, bairro Centro, na cidade de Votorantim, estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, controladas ou coligadas, não financeiras.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda. (“Instituto” e/ou “Newton Paiva”), conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”.

O Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2018 um lucro líquido consolidado de R\$ 25.498 (R\$ 26.565 em 2017) e, naquela data o passivo circulante consolidado excedia o ativo circulante consolidado em R\$ 20.240 (R\$ 21.686 em 2017), decorrente principalmente da apresentação de obrigações financeiras de longo prazo no passivo circulante devido ao não cumprimento de cláusulas restritivas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13.

A Administração entende que tal situação não traz nenhum risco quanto a continuidade operacional da Companhia. Adicionalmente, a Administração obteve em 15 de maio de 2018, um “*waiver*” da instituição financeira anuindo com a não execução do vencimento antecipado.

Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.

O Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda. é uma sociedade limitada com sede em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, Brasil, e tem por finalidade a atividade de educação superior, com graduação e pós graduação, educação profissional técnica, promoção de atividades comunitárias, de pesquisa e extensão; prestação de serviços relacionados com os cursos ministrados pela Newton Paiva e com a atividade de ensino, tem por finalidade promover o desenvolvimento da educação, a divulgação da cultura, a produção de conhecimento e a formação profissional de nível superior.

As licenças ambientais das unidades da controlada Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda., estabelecidas na cidade de Belo Horizonte, foram renovadas com validade até 31 de março de 2020. De acordo com os assessores jurídicos, é remota e probabilidade de que esse assunto possa impactar as suas atividades e as chances de renovação são prováveis.

Evento societário em 2018

Não houve nenhum evento societário para o exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Evento societário em 2017

Conforme alteração do contrato social da Newton Paiva, em 29 de dezembro de 2017 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 26 de janeiro de 2018, a Administração aprovou a transferência de quotas do Instituto, em decorrência de contrato de compra e venda. A sócia Splice do Brasil – Telecomunicações S.A., cede 21,40% de sua participação na Newton Paiva para a ACRTS – Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana, assumindo 2.354.000 quotas do capital social do Instituto. A Splice do Brasil – Telecomunicações S.A. permanece com a participação de 23,45% na Newton Paiva e com a quantidade de quotas nominais de 2.579.608. Tal fato não alterou o poder de decisão da Morus sobre a Newton Paiva, bem como o seu controle.

Quadro acionário Newton Paiva	Tipo	Participação acionária	
		2018	2017
Morus Participações Educacional S.A.	Participação direta	55,1481%	55,1481%
Splice do Brasil - Telecomunicações S.A.	Participação direta	23,4509%	23,4509%
Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana - ACRTS		21,40%	21,40%
Não controladores		0,001%	0,001%

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota nº 6 (a)** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota nº 9:** reconhecimento e mensuração da provisão para perda de créditos esperadas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas dos recebíveis, bem como a realização dos recebíveis relacionados ao FIES;
- **Nota nº 12 (d):** teste de redução ao valor recuperável do ágio do Instituto Newton Paiva: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota nº 16:** reconhecimento e mensuração da provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e da subsidiária Newton Paiva.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras da subsidiária são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de subsidiárias são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Em 2018 e 2017, a Administração avaliou ter o controle da Newton Paiva de acordo com as participações, bem como a influência significativa e o poder de decisão na subsidiária.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Instrumentos financeiros

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos com os quais o Grupo opera possuem as seguintes características:

i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelo Grupo. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado incluem aplicações financeiras em fundo de investimento de renda fixa para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outras contas a receber e mútuo a receber.

ii) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, contraprestação contingente a pagar à ex-acionistas e outras contas a pagar.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino, representados, principalmente, por mensalidades emitidas, porém não recebidas. Incluem ainda bolsas compensáveis contra créditos fiscais, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), além de financiamento de pólos de ensino a distância franqueados. Os valores de contas receber de clientes são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, reduzidos pela provisão para perda de créditos esperadas.

A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas dos recebíveis. Todos os títulos vencidos há mais de 360 dias estão provisionados, exceto para os títulos de alunos FIES, o quais serão repassados pelo FNDE ao longo do exercício de 2018.

d) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativos imobilizados são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e provisões ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do ativo, quando aplicável.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controlados separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

ii) Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado, são reconhecidos nos saldos correntes destes ativos imobilizados desde que seja esperado um incremento dos benefícios futuros por parte destes reparos, manutenções ou trocas, seja por aumento de vida útil ou por aumento de produtividade, e que os custos destas partes possam ser mensurados de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis econômicas estimadas de cada componente. Esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do contrato e as suas vidas úteis estimadas, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados do Grupo, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estão descritas na Nota Explicativa nº 11 dessas demonstrações contábeis.

e) Intangível

i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da subsidiária adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas mensurações subsequentes, o ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Com relação à subsidiária registrada pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

ii) Outros ativos intangíveis

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão Empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão Empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução no valor recuperável acumulado, quando aplicável.

iii) Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os exercícios corrente e comparativo, em anos, é a seguinte:

	Anos
Software	05

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável do ágio nas suas demonstrações contábeis.

i) Ativos financeiros não-derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido o Grupo sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Receita

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação) e técnico, mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

i) Tributação

A subsidiária aderiu ao PROUNI e goza de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991;
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 07 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e Cofins

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a Cofins a 7,6%.

7. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

O IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A partir de janeiro de 2018, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

O IFRS 15/CPC 47 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/IAS 11 – Contratos de construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/IAS 18, relacionadas com fabricação e o comércio de espumas de plásticos e de borrachas para finalidades industriais, automotivas e/ou para consumo.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O IFRS 16/CPC 06 (R2): estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia adotará o IFRS16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e não terá efeitos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. Ou seja, para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	36	6	292	8.278
Aplicações financeiras	-	-	794	1.303
	36	6	1.086	9.581

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDIs) e as aplicações em CDBs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, com remuneração média de 100% (2017: 101%) do CDI e com liquidez diária.

9. Contas a receber de clientes - consolidado

O saldo de contas a receber é formado majoritariamente por mensalidades de graduação, pós-graduação, graduação tecnológica e curso técnico profissional.

	2018	2017
Mensalidades de alunos	44.960	27.717
FIES (a)	36.119	42.962
(-) Créditos a compensar - FIES (b)	(32.649)	(31.268)
Contas a receber	48.430	39.411
Provisão para perda de créditos esperadas	(21.426)	(16.508)
Total do contas a receber	27.004	22.903
Circulante	20.258	19.697
Não circulante	6.746	3.206

(a) As contas a receber do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo os recursos financeiros, no decorrer do ano de 2018, repassados oito vezes ao ano pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2018 serão recebidos no exercício de 2019;

- (b) Os créditos a compensar FIES, em 2018 e 2017, se referem a recursos financeiros recebidos do FNDE, para os quais o trabalho de identificação dos alunos FIES no contas a receber e o período de quitação, correspondentes a esses recursos recebidos, estava em andamento pela Administração na data de emissão dessas demonstrações contábeis. Uma vez que a Administração aguarda o envio do detalhamento dos depósitos efetuados pelo FNDE.

A movimentação dos créditos a compensar do FIES comparativa está assim composta:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(31.268)	(26.725)
Repasses do FNDE no exercício:		
1º trimestre	(9.114)	(18.129)
2º trimestre	(27.001)	(34.140)
3º trimestre	(8.944)	(7.905)
4º trimestre	(23.703)	(28.125)
Compensações/baixas contas a receber FIES	67.381	83.756
Saldo no final do exercício	(32.649)	(31.268)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2018	2017
Contas a receber - FIES		
A vencer:		
Vencidas até 30 dias	5.052	6.626
Vencidas de 31 a 60 dias	5.060	6.638
Vencidas de 61 a 90 dias	5.067	6.642
Vencidas de 91 a 120 dias	5.155	6.645
Vencidas de 121 a 360 dias	14.538	12.473
Vencidas acima de 360 dias	1.247	3.938
	36.119	42.962
Contas a receber - Mensalista		
A vencer:	8.920	3.581
Vencidas até 30 dias	2.969	2.751
Vencidas de 31 a 60 dias	2.386	1.983
Vencidas de 61 a 90 dias	2.206	1.879
Vencidas de 91 a 120 dias	2.647	1.850
Vencidas de 121 a 360 dias	5.653	3.979
Vencidas acima de 360 dias	20.179	11.694
	44.960	27.717
	81.079	70.679

A movimentação da provisão de perdas de créditos esperadas para o contas a receber (mensalistas) é como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(16.508)	(24.886)
Adições	(8.642)	(6.620)
Recuperações	2.591	882
Baixa definitiva de créditos	1.133	14.116
Saldo no final do exercício	(21.426)	(16.508)

O Grupo adota a política de provisão de perdas de créditos esperadas de títulos vencidos (mensalistas) com base em uma análise individualizada, com base em uma análise histórica de perdas e sobre os títulos vencidos a mais de 360 dias.

10. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágio sobre expectativa de rentabilidade futura - Newton Paiva (i)	42.092	42.092	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) - Newton Paiva (ii)	30.240	30.240	-	-
Investimento em controlada - Newton Paiva (vide nota (b))	44.053	31.054	-	-
Outros investimentos	-	-	1.227	1.227
	116.385	103.386	1.227	1.227

(i) Ágio decorrente da aquisição da controlada Newton Paiva em 31 de maio de 2008, para o qual foi realizado teste de recuperabilidade e não identificado a necessidade de ajuste a valor recuperável conforme descrito na Nota nº 12 (d).

(ii) Em 30 de junho de 2008 e 31 de julho de 2011, a Morus transferiu recursos à controlada Newton Paiva nos montantes de R\$ 10.000 e R\$ 20.240, respectivamente, correspondentes aos volumes fixos e determináveis de respectivas 10.000.000 e 20.240.000 quotas, que formalizam de modo irrevogável e irreatável, a plena e geral intenção de integralização dos valores adiantados, garantindo expressamente que estes recursos destinarão-se ao aumento de capital social na controlada, quando informado pelos acionistas.

b) Investimento em controlada

A movimentação do saldo de investimento em controlada ocorreu da seguinte forma:

	Controladora
Saldo em 1º. de janeiro de 2017	43.942
Lucros recebidos à título de distribuição de lucros de 2016	(18.484)
Lucros a receber à título de distribuição de lucros de 2017	(9.369)
Resultado de equivalência patrimonial	14.965
Saldo em 31/12/2017	31.054
Resultado de equivalência patrimonial	12.999
Saldo em 31/12/2018	44.053

As informações patrimoniais e financeiras da Newton Paiva estão apresentadas como segue:

Participação acionária %	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		AFAC		Resultado do exercício		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Instituto Cultural											
Newton Paiva Ltda. Nota nº 1	167.951	167.523	57.830	80.972	110.121	86.551	30.240	30.240	23.570	27.136	
Total	167951	167.523	57.830	80.972	110.121	86.551	30.240	30.240	23.570	27.136	

11. Imobilizado (consolidado)

a) Composição dos saldos

	2017 - Líquido	2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Obras em andamento	2.175	2.449	-	2.449
Terrenos	2.262	2.262	-	2.262
Edificações	24.617	35.734	(11.906)	23.828
Móveis, máquinas e equipamentos	7.292	26.889	(19.343)	7.546
Instalações	5.041	6.697	(2.444)	4.253
Biblioteca	1.571	7.065	(5.216)	1.849
Benfeitorias	1.270	1.874	(772)	1.102
Veículos	59	100	(61)	39
Total	44.287	83.070	(39.742)	43.328

b) Movimentação do custo

Custo	Saldo final -	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final -
	2017				2018
Obras em andamento	2.174	345	-	(70)	2.449
Terrenos	2.262	-	-	-	2.262
Edificações	35.734	-	-	-	35.734
Móveis, máquinas e equipamentos	26.000	1.034	(145)	-	26.889
Biblioteca	6.440	257	-	-	6.697
Instalações	7.058	1.940	(2.003)	70	7.065
Benfeitorias	3.682	-	(1.808)	-	1.874
Veículos	100	-	-	-	100
Total	83.450	3.576	(3.956)	-	83.070

Custo	Saldo final -	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final -
	2016				2017
Obras em andamento	3.367	2.978	(215)	(3.956)	2.174
Terrenos	1.145	-	-	1.117	2.262
Edificações	35.734	-	-	-	35.734
Móveis, máquinas e equipamentos	25.252	1.860	(1.112)	-	26.000
Biblioteca	6.099	341	-	-	6.440
Instalações	4.251	-	(32)	2.839	7.058
Benfeitorias	3.682	-	-	-	3.682
Veículos	100	-	-	-	100
Total	79.630	5.179	(1.359)	-	83.450

c) Movimentação da depreciação

Depreciação	Vida útil	Saldo final - 2017	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo final - 2018
Móveis, máquinas e equipamentos	13%	(18.708)	(2.042)	6	1.401	(19.343)
Edificações	2%	(11.116)	(790)	-	-	(11.906)
Biblioteca	10%	(4.869)	(300)	-	(47)	(5.216)
Benfeitorias	20%	(2.412)	(174)	1.807	7	(772)
Instalações	10%	(2.017)	(677)	-	250	(2.444)
Veículos	20%	(41)	(20)	-	-	(61)
		(39.163)	(4.003)	1.813	1.611	(39.742)

Depreciação	Vida útil	Saldo final - 2016	Adições	Baixas	Saldo final - 2017
Móveis, máquinas e equipamentos	13%	(17.543)	(2.088)	923	(18.708)
Edificações	2%	(10.325)	(791)	-	(11.116)
Biblioteca	10%	(4.577)	(292)	-	(4.869)
Benfeitorias	20%	(2.119)	(293)	-	(2.412)
Instalações	10%	(1.624)	(420)	27	(2.017)
Veículos	20%	(21)	(20)	-	(41)
		(36.209)	(3.904)	950	(39.163)

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Administração não identificou qualquer indicador que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável de ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e) Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não haviam bens do ativo imobilizado concedidos em garantia.

12. Intangível (consolidado)

a) Composição líquida do intangível

	2018	2017
Ágio - Newton Paiva	42.092	42.092
Software	911	1.077
Direitos autorais	1.541	1.459
Saldo líquido	44.544	44.628

b) Movimentação do custo

Custo	Saldo final 2017	Adições	Baixas	Saldo final 2018
Ágio - Newton Paiva	42.092	-	-	42.092
Software	4.681	200	(12)	4.869
Direitos autorais	1.986	495	-	2.481
Total do custo	48.759	695	(12)	49.442

Custo	Saldo final 2016	Adições	Saldo final 2017
Ágio - Newton Paiva	42.092	-	42.092
Software	4.445	236	4.681
Direitos autorais	620	1.366	1.986
Total do custo	47.157	1.602	48.759

c) Movimentação da amortização

	Vida útil	Saldo inicial 2017	Adições	Ajuste	Saldo final 2018
Software	5%	(3.604)	(467)	113	(3.958)
Direitos autorais		(527)	(413)	-	(940)
Total da amortização		(4.131)	(880)	113	(4.898)

	Vida útil	Saldo inicial 2016	Adições	Saldo final 2017
Software	5%	(3.102)	(502)	(3.604)
Direitos autorais		(250)	(277)	(527)
Total da amortização		(3.352)	(779)	(4.131)

d) Teste de redução ao valor recuperável

O valor recuperável do ágio relacionado a Newton Paiva foi baseado no valor justo, estimados com base em fluxos de caixa descontados.

As projeções levaram em consideração um período de 11 anos, de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2028. O valor residual após essa data foi determinado pela continuidade dos fluxos de caixa calculados a partir das premissas utilizadas para 2028 e estabilizadas por prazo indeterminado (perpetuidade). Foi utilizado crescimento de 4,02% para o cálculo da perpetuidade (representando a inflação projetada de longo prazo, sem crescimento real). A margem EBITDA projetada é similar à de 2017.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. As premissas utilizadas para o teste de *impairment* foram as seguintes:

Em percentual	2018	2017
Taxa de desconto	17,3%	17,3%
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,02%	4,02%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base em empresas similares ao setor de educação, no qual a UGC opera, incluindo a volatilidade do setor em relação ao índice geral do mercado brasileiro representado pelo *beta* e estrutura de capital de empresas similares.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para 11 anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual representando a inflação projetada de longo prazo, sem crescimento real, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

A administração não identificou qualquer evidencia que justificasse uma nova análise, assim adotou as mesmas premissas no exercício 2018.

13. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Encargos financeiros média anual	Captação	Vencimento	2018	2017
Capital de giro	ABC Brasil	5,15%+CDI	04/09/2017	20/02/2020	17.300	21.681
Capital de giro	Santander	4,03%+CDI	17/03/2017	17/11/2018	-	2.663
Finame	Banco HSBC	3,50%	15/04/2014	15/01/2019	11	146
Finame	Banco do Brasil	6%	15/02/2015	15/07/2019	21	56
Total					17.332	24.546
Circulante					17.332	24.514
Não circulante					-	32

Os empréstimos de capital de giro possuem carência de 03 e 06 meses para pagamento da primeira parcela do principal, e os juros não possuem carência e são pagos mensalmente. Os financiamentos relacionados ao Finame não possuem carência, os pagamentos de principal e juros são feitos mensalmente.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes garantias:

A Companhia e as pessoas físicas dos acionistas são intervenientes da empresa Newton Paiva e seus respectivos cônjuges.

- O contrato Finame firmado com Banco do Brasil S.A. possui também garantia do bem adquirido;
- Garantia fiduciária conforme instrumentos apartados.

b) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo final 31/12/2017	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros sobre principal	Saldo final 31/12/2018
Capital de giro - ABC Brasil	21.681	-	2.014	(5.126)	(1.269)	17.300
Capital de giro - Santander	2.663	-	461	(2.663)	(461)	-
Finame - Banco HSBC	145	-	3	(134)	(3)	11
Finame - Banco do Brasil	57	-	2	(36)	(2)	21
Total	24.546	-	2.480	(7.959)	(1.735)	17.332

	Saldo inicial 31/12/2016	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros sobre principal	Saldo final 31/12/2017
Capital de giro - Santander	5.084	-	338	(2.421)	(338)	2.663
Capital de giro - ABC Brasil	-	25.000	2.801	(4.167)	(1.953)	21.681
Capital de giro - ABC Brasil	5.000	-	62	(5.000)	(62)	-
Finame - Banco HSBC	279	-	8	(134)	(8)	145
Finame - Banco do Brasil	93	-	5	(36)	(5)	57
Total	10.456	25.000	3.214	(11.758)	(2.366)	24.546

c) Quebra de cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)

O Instituto Newton Paiva detém um empréstimo bancário com o Banco ABC do Brasil no montante de R\$ 17.300 em 2018 (R\$ 21.681 em 2017), que, de acordo com os termos do contrato, seria pago em parcelas semestrais pelos próximos 03 anos. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (*covenants*) que estabelece:

- Se a Companhia ou interveniente garantidor e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, sofrer(em) mudança de seu controle acionário ou qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou outra reorganização societária que, a critério do agente financeiro possa caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas ou das garantias prestadas neste contrato.

Conforme descrito na Nota nº 1, o Grupo realizou uma reestruturação societária em 29 de dezembro de 2017, alterando a composição acionária do contrato social do Instituto Newton Paiva.

Devido ao inadimplemento contratual o empréstimo torna-se imediatamente vencido. Conforme requerido pelas práticas contábeis brasileiras, o valor correspondente a parcela originalmente classificada no passivo não circulante no montante de R\$ 12.500 foi reclassificado e está sendo apresentada no passivo circulante. A Administração obteve, em 15 de maio de 2018, um “*waiver*” do banco para essa cláusula, anuindo com a não execução do vencimento antecipado.

Para 31 de dezembro de 2018 todas as cláusulas restritivas do contrato de empréstimos e financiamentos foram cumpridas.

14. Salários, provisões e encargos sociais (Consolidado)

	2018	2017
Provisão para férias	4.895	5.382
Salários a pagar	2.766	3.030
INSS	1.347	1.466
FGTS	466	525
Contribuição sindical	19	26
Total	9.493	10.429

15. Obrigações tributárias e impostos parcelados

a) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IOF a recolher	-	392	130	995
IRRF a recolher	1	273	1.559	2.002
ISS a recolher	-	-	476	468
Outros	30	4	200	117
Total	31	669	2.365	3.582

b) Impostos parcelados

Programa especial PERT

Em 18 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a consolidação dos débitos incluído no PERT, o saldo até a consolidação, A controlada compensou seu debito com prejuízo fiscal e a consolidada o saldo foram parcelados em 145 parcelas atualizadas pela taxa Selic acumulada referente ao mês da adesão.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	222	1.601	1.931
	-	222	1.601	1.931
Circulante	-	18	153	85
Não circulante	-	204	1.448	1.846

Controlada

Demonstração

Saldo inicial do PERT em 2017	222
Utilização prejuízo fiscal e base negativa	(222)
Saldo final do PERT em 2018	-

Consolidado

Demonstração

Saldo inicial do PERT em 2017	1.931
Principal (diferença parcelas a compensar)	113
Pagamentos efetuados no exercício	(221)
Utilização prejuízo fiscal e base negativa	(222)
Saldo final do PERT em 2018	1.601

- (i) Montante das dívidas tributárias incluídas no PERT e seu valor presente na data de adesão.

	Controladora			Saldo original incluídas no PERT
	Valor original da dívida	Multa	Juros	
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	218	43	28	289
	218	43	28	289

	Consolidado			Saldo original incluídas no PERT
	Valor original da dívida	Multa	Juros	
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1.957	391	176	2.524
	1.957	391	176	2.524

- (ii) Benefícios da redução dos encargos do programa de parcelamento

	Controladora				Saldo atualizado em 2017
	Valor original da dívida incluída no PERT	Redução por desconto da multa	Redução por desconto da juros	Redução por pagamento em dinheiro	
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	289	(29)	(24)	(14)	222
Circulante	-	-	-	-	18
Não circulante	-	-	-	-	204

	Consolidado				Saldo atualizado em 2017
	Valor original da dívida incluída no PERT	Redução por desconto da multa	Redução por desconto da juros	Redução por pagamento em dinheiro	
Imposto sobre operações financeiras IOF	2.524	(260)	(151)	(182)	1.931
Circulante	-	-	-	-	85
Não circulante	-	-	-	-	1.846

16. Provisão para processos judiciais

O Grupo no curso normal de suas atividades está sujeito aos processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e civil. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas contingentes.

	Consolidado			
	2018		2017	
	Provisão contingências líquida	Depósitos judiciais líquido	Provisão contingências líquida	Depósitos judiciais líquido
Trabalhista, cível e outros	2.399	1.052	1.744	711
	2.399	1.052	1.744	711

Movimentação da provisão para contingência e depósitos judiciais (consolidado)

	2017	2018		Saldo final
	Saldo final	Adições	Baixas	
Provisão para contingências	1.744	1.261	(606)	2.399
Depósitos judiciais (i)	(711)	(1.438)	1.097	(1.052)
	1.033	(177)	491	1.347

	2016	2017		Saldo final
	Saldo final	Adições	Baixas	
Provisão para contingências	1.609	1.843	(1.708)	1.744
Depósitos judiciais (i)	(1.856)	(506)	1.651	(711)
	(247)	1.337	(57)	1.033

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Perdas possíveis

O Grupo possui o montante de R\$ 400 (R\$ 400 em 2017) classificado na rubrica de “Edificações” cedidos como garantia do processo classificado com risco de perda possível pelos consultores jurídicos internos e externos do Grupo correspondente a Ação Civil Pública nº 2009.38.00.010070-0 e no Processo Administrativo em trâmite no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 54170.003740/2005-98. Os respectivos processos referem-se à reivindicação pela comunidade quilombola de área remanescente de quilombo.

A controlada Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda. é pólo em outros processos judiciais classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível no montante de R\$ 7.373 (R\$ 7.849 em 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As causas possíveis referem-se basicamente processos trabalhistas no montante de R\$ 7.373 cuja as reclamações estão relacionadas às horas extras, irregularidade redução de carga horária e equiparação salarial.

17. Contraprestação contingente a pagar

Saldo a pagar aos ex-controladores da Newton Paiva, conforme contrato de compra e venda de participação acionária assinado entre a Companhia e os ex-controladores, um montante residual do preço de aquisição ficou restrito e retido pela Companhia para fazer frente a possíveis eventos contingentes não identificados quando da aquisição da Newton Paiva pela Companhia, e deveria ser pago aos ex-controladores no prazo de 05 anos. De acordo com o contrato, o valor é atualizado monetariamente pela taxa de 100% CDI. A determinação do montante efetivo a ser pago aos ex-controladores está sendo arbitrado em um processo movido pelas partes, e a Administração considera o montante reconhecido contabilmente como pagamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O saldo a pagar reconhecido pela Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Débito sobre aquisição Newton Paiva	45.668	45.669
Outras contas a receber (i)	(18.521)	(17.961)
Total da contraprestação contingente	27.147	27.708

- (i) Em fevereiro de 2016, a Newton Paiva sofreu bloqueio judicial no montante de R\$ 17.952 referente a ação civil indenizatória a pedido do Centro de Estratégia Operacional e Publicidade e Comércio Ltda.

Em julho e setembro de 2018, a Newton Paiva sofreu um novo bloqueio judicial no montante de R\$ 561 referente a ação civil indenizatória a pedido do Centro de Estratégia Operacional e Publicidade e Comércio Ltda. O montante acima se refere ao saldo a receber do ex-acionista relativa a essa contingência.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia está representado pelo total de 23.162.588 de ações nominativas, sem valor nominal, sendo 21.000.000 ordinárias e 2.162.588 preferenciais:

2018 e 2017

Acionistas	Participação	Quantidade de ações	Capital subscrito R\$
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	9,33%	2.162.588	4.293
Espólio de Alexandre Neto	29,94%	6.935.000	13.775
Alyka Participações Ltda. (*)	30,80%	7.135.000	14.171
Alyssum Participações Ltda. (*)	29,93%	6.930.000	13.771
Total	100,00%	23.162.588	46.010

- (*) Os controladores dessas acionistas são as pessoas físicas Antonio Roberto Beldi e Marco Antonio Beldi.

b. Adiantamentos para futuro aumento de capital

Recursos recebidos de seus acionistas que formalizam de modo irrevogável, a plena e geral quitação dos valores adiantados, garantindo expressamente que estes recursos destinar-se-ão a aumento de capital social.

O saldo está assim demonstrado referente 2018 e 2017:

	2018	2017
Alexandre Beldi Neto	124	124
Antonio Roberto Beldi	121	121
Marco Antonio Beldi	121	121
	366	366

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim, assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados foi reclassificado para reserva de lucros, em rubrica própria denominada “Reserva de retenção de lucros”, conforme disposição da Lei nº 11.638/2007, de forma a ser aplicado na modernização e expansão do Grupo, por proposta da Administração, com base em orçamento a ser aprovado em Assembleia de Acionistas.

e. Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o estatuto social.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido	14.926	14.394
Incentivos fiscais (a)	(3.646)	(5.144)
Base de cálculo dividendos	11.280	9.250
Reserva legal (5%)	(564)	(462)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório ajustada	10.716	8.788
(x) Percentual definido no estatuto social	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios a pagar s/ o resultado do exercício	2.679	2.197

Movimento dividendos a pagar para os sócios em 2018:

Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	9,33%	250
Espólio de Alexandre Neto	29,94%	802
Alyka Participações Ltda.	30,80%	825
Alyssum Participações Ltda.	29,93%	802
		2.679

Movimento de dividendos a pagar para os sócios em 2017:

Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	9,33%	205
Espólio de Alexandre Neto	29,94%	658
Antônio Roberto Beldi	30,80%	677
Marco Antônio Beldi	29,93%	657
		2.197

(a) A Administração não considera na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório os incentivos fiscais, onde considera o melhor entendimento.

f) Reserva de Incentivo fiscal

A reserva para incentivos fiscais é constituída de acordo com o estabelecido pela Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005, alterada pela Lei 12.868 de 2013, disciplinada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil sob o número 1394 de 12 de setembro de 2013, em que essa reserva recebe a parcela de incentivos fiscais que recairá sobre a receita auferida das atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica. Reconhecidos no resultado do exercício como receita de subvenção e a ela é destinado a partir da conta de lucros acumulados, onde os valores destinados ao incentivo não entrarão na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O montante registrado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 28.048 (R\$ 24.402 em 2017).

19. Partes relacionadas

Controladores diretos

Os acionistas e controladores em conjunto da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 18.a.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não efetuou nenhum tipo de remuneração do pessoal-chave da Administração. A remuneração paga aos administradores da Newton Paiva em 2018 foi de R\$ 296 (R\$ 263 em 2017).

Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas decorrem substancialmente de prestação de serviços e contratos de mútuos (receber e a pagar) entre entidades do mesmo grupo econômico, conforme demonstrados a seguir:

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mútuo a receber (a)				
Splice do Brasil S.A.	39.760	29.493	90.723	73.338
	39.760	29.493	90.723	73.338
Outras contas a receber				
Splice do Brasil S.A.(b)	866	-	866	-
	866	-	866	-
Dividendos a receber				
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira	-	9.369	-	-
	-	9.369	-	-
AFAC (investimento) - Nota nº 10				
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira	30.240	30.240	-	-
	30.240	30.240	-	-

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
Splice Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	-	-	-	7.619
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	2.879	2.629	2.879	2.629
Espólio de Alexandre Beldi Neto	2.161	1.359	2.161	1.359
Alyka Participações Ltda.	2.422	1.597	2.422	1.597
Alyssum Participações Ltda.	2.259	1.457	2.259	1.457
	9.721	7.042	9.721	14.661
Passivo não circulante				
Outras contas a pagar				
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira	18.521	17.961	-	-
	18.521	17.961	-	-
Mútuos a pagar				
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira	163	-	-	-
Alder Empreendimentos	61	-	61	-
	224	-	61	-
Total do passivo não circulante	18.745	17.961	61	-
Patrimônio líquido				
AFAC (Nota nº 18)				
Espólio Alexandre Beldi Neto	124	124	124	124
Antonio Roberto Beldi	121	121	121	121
Marco Antonio Beldi	121	121	121	121
	366	366	366	366
Resultado				
Receitas financeiras (Nota nº 23)				
Splice do Brasil Telecomunicação e Eletrônica S.A.	1.851	973	6.114	3.023
Splice Indústria Serviços e Comércio Ltda.	-	-	1	4.855
	1.851	973	6.115	7.878
Despesas financeiras				
Alder Empreendimentos	3	-	20	-
	3	-	20	-

(a) Os valores que compõe os saldos entre as entidades do grupo econômico referem-se a operações de mútuo ocorridas em 2018, utilizados basicamente para a manutenção de capital de giro e estão suportados por contratos de conta corrente entre as partes envolvidas. Os juros do contrato de mútuo são calculados pela taxa CDI, com vencimentos indeterminados e expectativa de liquidação de longo prazo;

(b) O valor é referente ao prejuízo fiscal da companhia Morus, fazendo cessão de crédito para a Splice do Brasil para compensação dos débitos incluídos no PERT

Movimentação dos dividendos a pagar no exercício controlada e consolidado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado do período. Os dividendos a pagar foram registrados como obrigação no passivo, a movimentação da rubrica segue abaixo:

(i) Controladora

Acionistas	Saldo 2017	Constituição de dividendos	Saldo 2018
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.(a)	2.629	250	2.879
Espólio de Alexandre Neto	1.359	802	2.161
Alyka Participações Ltda.	1.597	825	2.422
Alyssum Participações Ltda.	1.457	802	2.259
	7.042	2.679	9.721

Acionistas	Saldo 2016	Constituição de dividendos	Dividendos adicionais propostos	Dividendos pagos	Saldo 2017
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	3.280	205	2.127	(2.983)	2.629
Espólio de Alexandre Neto	1.686	658	-	(985)	1.359
Alyka Participações Ltda.	1.934	677	-	(1.014)	1.597
Alyssum Participações Ltda.	1.784	657	-	(984)	1.457
	8.684	2.197	2.127	(5.966)	7.042

(ii) Consolidado

Acionistas	Saldo 2017	Constituição de dividendos	Dividendos pagos	Saldo 2018
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A (i)	7.619	-	(7.619)	-
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	2.629	250	-	2.879
Espólio de Alexandre Neto	1.359	802	-	2.161
Alyka Participações Ltda.	1.597	825	-	2.422
Alyssum Participações Ltda.	1.457	802	-	2.259
	14.661	2.679	(7.619)	9.721

(i) Companhia tinha mútuos com a Newton Paiva e a Administração decidiu fazer encontro de contas, sendo assim, diminuindo os mútuos a pagar.

Acionistas	Saldo 2016	Constituição de dividendos	Dividendos adicionais propostos	Dividendos pagos	Saldo 2017
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	-	7.619	-	-	7.619
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	3.280	205	2.127	(2.983)	2.629
Espólio de Alexandre Neto	1.686	658	-	(985)	1.359
Alyka Participações Ltda.	1.934	677	-	(1.014)	1.597
Alyssum Participações Ltda.	1.784	657	-	(984)	1.457
	8.684	9.816	2.127	(5.966)	14.661

20. Receita líquida de vendas

A seguir, apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2018	2017
Receita curso graduação	181.438	189.976
Receita de subvenções governamentais (a)	6.612	9.328
Receita curso tecnológico	3.375	2.780
Receita curso pós graduação	2.534	2.515
Receita curso técnico profissional	-	301
Receita taxa de inscrições	376	291
	194.335	205.191
(-) Abatimentos e cancelamentos	(34.574)	(31.338)
(-) Impostos e contribuições	(5.349)	(5.602)
Receita líquida de vendas	154.412	168.251

(a) A receita de subvenção é excluída da conta de lucros do exercício para a conta de reservas de incentivos fiscais, ficando assim o resultado líquido para o cálculo da distribuição de lucros, conforme a participação acionária da Companhia (55,1481%) que esta Nota Explicativa nº 18 "e" e "f".

21. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Corpo docente	(51.267)	(54.782)
Corpo administrativo	(26.745)	(32.198)
Atividade acadêmica	(20.789)	(19.714)
	(98.801)	(106.694)

22. Despesas administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços prestados por terceiros	(581)	(188)	(3.027)	(2.743)
Serviços prestados advogados	(126)	(643)	(126)	(643)
Serviços de consultoria	-	-	(3.526)	(2.047)
Provisão de perdas de crédito esperadas	-	-	(6.051)	(5.738)
Perdas Operação Fies Fgduc	-	-	(3.439)	(3.390)
Amortização/depreciação	-	-	(4.883)	(4.683)
Propaganda e publicidade	-	-	(3.748)	(3.955)
Acordos e indenizações trabalhistas	-	-	(1.511)	(1.902)
Conservação peças, bens e instalações	-	-	(385)	(369)
Telefone	-	-	(412)	(434)
Aluguéis	-	-	(648)	(246)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(104)	(48)	(1.089)	(1.792)
Outros	(110)	(207)	2.593	1.786
	(921)	(1.086)	(26.252)	(26.156)
Despesas administrativas	(921)	(1.086)	(22.504)	(22.201)
Despesas comerciais	-	-	(3.748)	(3.955)

23. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Varição monetária ativa sobre mútuos (Nota nº 19)	1.851	973	6.114	7.878
Rendimentos de aplicações financeiras	-	16	46	380
Multas sobre mensalidades	-	-	999	786
Juros ativos	-	-	666	336
Juros refis PERT	-	-	-	127
Varição monetária ativa	7	-	8	16
Outros	-	-	224	174
	1.858	989	8.058	9.697
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	-	-	(962)	-
IOF	(39)	(452)	(1.120)	(1.757)
Juros refis PERT	-	(4)	-	(152)
Juros passivo	(9)	-	(3.147)	(3.425)
Varição monetária passiva sobre mútuos (Nota nº 19)	(3)	-	(20)	-
Despesas bancárias	(3)	(3)	(3.537)	(3.967)
Outros	-	-	(169)	(697)
	(54)	(459)	(8.955)	(9.998)
Resultado financeiro, líquido	1.804	530	(897)	(301)

24. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda a compensar	72	187	307	826
Contribuição social a compensar	-	-	107	172
Imposto de renda e contribuição social a compensar	72	187	414	998

b. Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa do imposto de renda calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas esta demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.068	14.394	31.574	35.903
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(4.783)	(4.893)	(10.735)	(12.207)
Ajustes dos encargos às alíquotas efetivas adições permanentes	(109)	(194)	(4.117)	(11.891)
Exclusões permanentes	4.662	5.087	1.076	9.616
Incentivo fiscal Prouni	-	-	6.612	5.144
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente	(230)	-	(7.164)	(9.338)
Alíquota fiscal	1,63%	-	23%	26%

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda a compensar	72	187	307	826
Contribuição social a compensar	-	-	107	172
Imposto de renda e contribuição social a compensar	72	187	414	998

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos controladora

	2018
Base negativa da contribuição social	3.200
Alíquota do diferido	9%
Contribuição social diferido	288
Base prejuízo fiscal	3.200
Alíquota diferido	25%
Imposto prejuízo fiscal	800
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.088

25. Instrumentos financeiros

a. Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Gestão de capital.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

O Grupo não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalência de caixa	36	6	1.086	9.581
Mútuos a receber	39.760	29.493	90.723	73.338
Contas a receber	-	-	27.004	22.903
	39.796	29.499	118.813	105.822

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	-	-	17.332	24.546
Fornecedores	72	24	2.074	1.806
Partes relacionadas	18.745	17.961	61	-
Outras contas a pagar	-	-	2.429	2.007
Contraprestação contingente a pagar	27.147	27.708	27.147	27.708
	45.964	45.693	49.043	56.067

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação do risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Diretoria. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital próprio.

Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa de valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

Controladora

	2018			2017		
	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	36	-	-	6	-	-
Mútuos a receber	-	39.760	-	-	29.493	-
Total do ativos financeiros	36	39.760	-	6	29.493	-
Fornecedores	-	-	72	-	-	24
Total dos passivos financeiros	-	-	72	-	-	24

Consolidado

	2018			2017		
	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado	Valor justo	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1.086	-	-	9.581	-	-
Contas a receber de clientes	-	27.004	-	-	22.903	-
Mútuos a receber	-	90.723	-	-	73.338	-
Total do ativos financeiros	1.086	117.727	-	9.581	96.241	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	17.332	-	-	24.546
Fornecedores	-	-	2.074	-	-	1.806
Partes relacionadas	-	-	61	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	2.429	-	-	2.007
Contraprestação contingente a pagar	-	-	27.147	-	-	27.708
Total dos passivos financeiros	-	-	49.043	-	-	56.067

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão indexadas às operações de empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário atual.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de juros de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2018	Taxa diferença	Efeito
50% de apreciação da taxa (Nota nº 8)	794	3,20%	25
25% de apreciação da taxa (Nota nº 8)	794	1,60%	13
Cenário atual	794	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa (Nota nº 8)	794	1,60%	(13)
50% de desvalorização da taxa (Nota nº 8)	794	3,20%	(25)

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2017	Taxa diferença	Efeito
50% de apreciação da taxa (Nota nº 8)	1.303	4,95%	64
25% de apreciação da taxa (Nota nº 8)	1.303	2,47%	32
Cenário atual	1.303	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa (Nota nº 8)	1.303	2,47%	(32)
50% de desvalorização da taxa (Nota nº 8)	1.303	4,95%	(64)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos - CDI		
	Saldo em 2018	Taxa diferença	Efeito
50% de apreciação da taxa	17.332	3,20%	555
25% de apreciação da taxa	17.332	1,60%	277
Cenário atual	17.332	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	17.332	1,60%	(277)
50% de desvalorização da taxa	17.332	3,20%	(555)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos - CDI		
	Saldo em 2017	Taxa diferença	Efeito
50% de apreciação da taxa	24.546	4,95%	1.215
25% de apreciação da taxa	24.546	2,47%	606
Cenário atual	24.546	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	24.546	2,47%	(606)
50% de desvalorização da taxa	24.546	4,95%	(1.215)

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Para este fim, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os níveis demonstrados a seguir, observando a importância e relevância dos inputs usados para a mensuração do valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia.

Para os empréstimos e financiamentos, a Companhia entende que o valor justo corresponde ao seu valor contábil. Os mesmos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

2018

	Controladora						
	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
Ativos							
Caixa e bancos	36	-	-	36	-	36	36
Mútuos a receber	-	-	-	-	39.760	39.760	39.760
	36	-	-	36	39.760	39.796	39.796
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	72	72	72
Partes relacionadas	-	-	-	-	18.745	18.745	18.745
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Contraprestação contingente a pagar	-	-	-	-	27.147	27.147	27.147
	-	-	-	-	45.964	45.964	45.964

2017

	Controladora				Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3					
Ativos								
Caixa e bancos	6	-	-	6	-	6	6	
Mútuos a receber	-	-	-	-	29.493	29.493	29.493	
	6	-	-	6	29.493	29.499	29.499	
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores	-	-	-	-	24	24	24	
Partes relacionadas	-	-	-	-	17.961	17.961	17.961	
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	
Contraprestação contingente a pagar	-	-	-	-	27.708	27.708	27.708	
	-	-	-	-	45.693	45.693	45.693	

2018

	Consolidado				Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3					
Ativos								
Caixa e Bancos	1.086	-	-	1.086	-	1.086	1.086	
Mútuos a receber	-	-	-	-	90.723	90.723	90.723	
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	27.004	27.004	27.004	
	1.086	-	-	1.086	117.727	118.813	118.813	
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	17.332	17.332	17.332	
Fornecedores	-	-	-	-	2.074	2.074	2.074	
Partes relacionadas	-	-	-	-	61	61	61	
Outras contas a pagar	-	-	-	-	2.429	2.429	2.429	
Contraprestação contingente a pagar	-	-	-	-	27.147	27.147	27.147	
	-	-	-	-	49.043	49.043	49.043	

2017

	Consolidado				Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3					
Ativos								
Caixa e Bancos	9.581	-	-	9.581	-	9.581	9.581	
Mútuos a receber	-	-	-	-	73.338	73.338	73.338	
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	22.903	22.903	22.903	
	9.581	-	-	9.581	96.241	105.822	105.882	
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	24.546	24.546	24.546	
Fornecedores	-	-	-	-	1.806	1.806	1.806	
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	
Outras contas a pagar	-	-	-	-	2.007	2.007	2.007	
Contraprestação contingente a pagar	-	-	-	-	27.708	27.708	27.708	
	-	-	-	-	56.067	56.067	56.067	

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil;
- Para as operações de empréstimos e financiamentos, a Administração concluiu que os saldos reconhecidos contabilmente refletem preponderantemente o valor justo, uma vez que a remuneração dessas operações se aproxima significativamente da taxa de desconto que seria utilizada para descontar os fluxos futuros de pagamentos a valor presente. Além disso, os empréstimos e financiamentos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações indexadas a flutuação do CDI taxa que seria utilizada para trazer a valor presente os valores futuros das amortizações, ademais sua liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

26. Participação de acionistas não controladores

A tabela a seguir demonstra a participação de não controladores relativa a Newton Paiva:

	Newton Paiva 2018	Newton Paiva 2017
Participação dos não controladores (i)	44,85%	44,85%
Ativo circulante	16.430	35.788
Ativo não circulante	151.408	131.736
Passivo circulante	(56.382)	(66.799)
Passivo não circulante	(1.334)	(14.174)
Ativos líquidos	110.122	86.551
AFAC Atribuível ao acionista controlador	(30.240)	(30.240)
Ativos líquidos, menos AFAC	79.882	56.311
% de participação		
Ativos líquidos atribuíveis aos acionistas não controladores	35.828	25.256
Ativos líquidos, atribuíveis aos acionistas controladores (Morus)	44.054	31.055
Resultado do exercício da controlada	14.926	14.394
Resultado alocado para os não controladores	10.572	12.171

- (i) Valor referente ao investimento que está na Companhia Splice do Brasil S.A. com participação acionária em 2018 de 23,45% (2017 de 23,45%). A Splice do Brasil S.A. vendeu parte de sua participação acionária em 21,40% para a ACRTS. Desta forma, a participação de minoritários continua no montante de 44,85%.

27. Transações que não afetam o caixa e informações adicionais

A seguir apresentamos as transações monetárias sem efeito caixa as quais não foram apresentadas na demonstração de fluxo de caixa:

(a) Controladora

	Controladora 2018
Fluxo de caixa atividades operacionais	
Impostos a recuperar	301
Obrigações tributárias	(81)
Contraprestação contingente a pagar	(561)
	(341)
	Controladora 2018
Fluxo de caixa atividades financiamentos	
Mútuos a receber	(301)
Mútuos a pagar	642
	341

(b) Consolidado

	Controladora 2018
Fluxo de caixa atividades operacionais	
Impostos a recuperar	2.189
	2.189
	Controladora 2018
Fluxo de caixa atividades financiamentos	
Mútuos a receber	5.430
Dividendos a pagar	(7.619)
	(2.189)

28. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes a serem mencionados após a data-base 31 de dezembro de 2018.

* * *

Marco Antônio Beldi
Sócio / Administrador

Ricardo de Souza Adenes
Diretor Financeiro

Carlos José Daminello
Contador CRC 1SP 191285/O-2